

‘Surpresa’ que não surpreende

Negar, negar e negar. Essa tem sido uma regra de ouro na condução da política econômica oficial nos últimos anos. Toda vez que o governo prepara alguma medida de impacto, a informação “vaza”, gerando ondas de boatos que a imprensa procura esclarecer. As autoridades, sempre de forma categórica e definitiva, tentam desmentir o que as evidências indicam ser provável acontecer.

Em dezembro de 1979, com Delfim Netto substituindo desde agosto Mário Henrique Simonsen no Ministério do Planejamento, o País estava tomado por boatos de que era iminente uma maxidesvalorização do cruzeiro, dada a necessidade de ajustes na política cambial. Como era de se esperar, o governo negou terminantemente a hipótese, mas no dia 7 daquele mês, de “surpresa”, anunciaava-se oficialmente a máxí, a eliminação dos incentivos à exportação e dos depósitos prévios de importação.

Outro que negou que faria o que já estava decidido a fazer foi Ernane Galvães, companheiro de Delfim e ministro da Fazenda do governo João Figueiredo. “Isso é uma obsessão atávica. Qualquer dia, vamos acabar indo ao FMI só para satisfazer a imprensa”, declarava ele, em 10 de novembro de 1982. Praticamente insolvente, com inflação anual na

faixa de 104% e um saldo de apenas US\$ 775 milhões na balança comercial, o Brasil recorreria ao Fundo no início de janeiro de 83, com inflação então em 9% ao mês, solicitando um empréstimo de US\$ 6 bilhões e um plano de mais longo prazo para pagamento da dívida externa de US\$ 88 bilhões. Obteve US\$ 4,8 bilhões.

Não fizeram melhor os ex-ministros Dílson Funaro (Fazenda) e João Sayad (Planejamento). Em 21 de fevereiro de 1986, uma semana após o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter baixado um pacote de medidas restringindo o crédito, Funaro garantia, em palestra a empresários na Federação do Comércio de São Paulo, que “o governo continuará optando por medidas gradualistas e não inverterá as regras do jogo”.

Em Campinas, Sayad até tentou negar que o “pacote” do CMN fosse um “pacote”, qualificando-o de “conjunto de medidas limitado”, e garantiu também que o governo não alteraria seu programa. O Plano Cruzado acabou decretado em 27 de fevereiro. Bresser Pereira, sucessor de Funaro, manteve a regra. “Estou decidido a não dar um choque. As condições são adversas”, afirmava, em 9 de maio de 87. Em 12 de junho, anunciaava o Cruzado II, com congelamento de preços e salários por 90 dias.